



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO E ÁREA REQUISITANTE

Nº Processo SPAE	Área Requisitante	Responsável
00444/2024	Diretoria de Comunicação Social	Juliana Ropelatto Borba

II - DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Atualmente, esta Casa Legislativa conta com cerca de 577 servidores, conforme indicado no portal da transparência. Essa realidade demanda a necessidade de uma comunicação interna eficaz. No entanto, a CMC não possui um sistema unificado de comunicação interna, o que resulta em ações dispersas, como avisos em mural físico, site institucional, Zoom e e-mails, distribuição de panfletos e/ou flyers, que muitas vezes não alcançam todos os servidores.

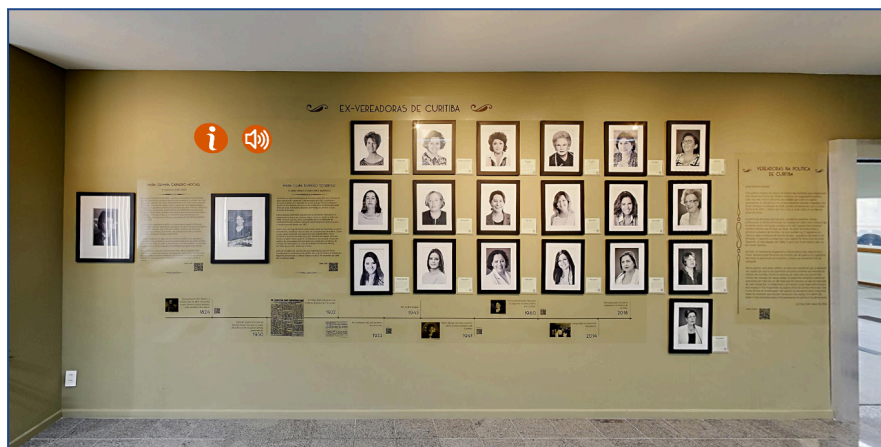
Além disso, a estrutura de vídeo hoje utilizada no Auditório da Câmara, onde ocorrem eventos, audiências públicas e discussões de grande impacto para o legislativo municipal, encontra-se desatualizada. O espaço não dispõe de recursos que permitam a apresentação de conteúdo digital de forma dinâmica e interativa.

Outro ponto crítico é a notória falta de espaço na Galeria das Vereadoras¹, painel localizado na antessala do Auditório (Anexo II), dedicado a homenagear e contar um pouco da história das parlamentares que já passaram pela Câmara, além de incentivar um maior engajamento da população feminina na política.

¹ <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/nossa-memoria/galeria-de-vereadoras>.
<https://www.tourvirtual360.com.br/camaramunicipal/>



Câmara Municipal de Curitiba



Painel com exposição de biografia das ex-parlamentares da CMC.



Espaço dedicado às vereadoras da atual legislatura.

Como relata a Diretoria de Comunicação Social (DCS), a cada troca de legislatura é necessário instalar novos quadros nas paredes e remanejar os já existentes para outro espaço.

A previsão é que, na próxima troca de legislatura, já não haverá espaço físico suficiente para alocação de novos quadros no painel dedicado às ex-vereadoras. O formato atual do painel da Galeria, em adesivo, não permite a inclusão de informações (dinâmicas em razão da alternância de poder) sobre as vereadoras, pois exige a constante produção de novo material e/ou repintura das paredes.

Em vista do quadro apresentado, uma solução estudada pela administração é a instalação de Murais Digitais/TV Corporativa.

Com isso, os murais digitais a serem instalados nos gabinetes objetivam fortalecer a comunicação interna, pois a solução permitirá a divulgação de ações institucionais internas, tais como agenda de pagamentos do RH, cursos da Escola do Legislativo, ações da Divisão de Saúde Ocupacional, divulgação de manutenções da Divisão de Manutenção e Reformas, além de conteúdos



relevantes ao Legislativo, como agendas de reuniões de comissões, divulgação de notícias e audiências públicas, tribunas livres e sessões solenes.

Quanto aos Murais Digitais a serem instalados nas portarias, além da comunicação interna voltada para servidores efetivos, comissionados, terceirizados, vereadores e estagiários, planeja-se a transmissão de ações institucionais mais focadas no público externo, tais como a divulgação de consultas públicas, eventos destinados à comunidade, assuntos em voga nas redes sociais da Câmara e campanhas de conscientização política.

Para a Galeria das Vereadoras, a criação de painel por meio da tecnologia de mural digital e lousa interativa possibilitará a inclusão de novas e sempre atualizadas informações, reduzindo o custo operacional das constantes reformulações do espaço físico.

No Auditório, a instalação de uma lousa interativa visa atualizar a infraestrutura de vídeo, proporcionando uma melhoria significativa na qualidade da projeção e transmissão das imagens de forma dinâmica e interativa, com gerenciamento feito através de software especializado.

De acordo com o portal institucional, no primeiro semestre de 2024, a Escola do Legislativo Maria Olympia Carneiro Mochel capacitou 700 pessoas na Câmara Municipal de Curitiba (CMC), com a realização de onze eventos voltados para a profissionalização de servidores², além de 15 audiências públicas, uma reunião pública, um simpósio e um seminário³. A utilização de lousa interativa tornará a exibição de conteúdo mais dinâmica, possibilitando o compartilhamento de tela que permite espelhar dispositivos como celulares, tablets e notebooks, com funções touch e multitoque.

Em suma, a implementação de circuito interno de TV corporativa, por meio dos murais digitais, atenderá às citadas necessidades i) modernizando e padronizando a comunicação interna e externa da CMC; ii) garantindo que os servidores sejam informados de maneira igualitária, rápida e eficaz; iii) no que tange à Galeria das Vereadoras, permitindo a atualização das informações e imagens de forma mais ágil e eficiente, com melhor aproveitamento do espaço; e iv) reduzindo a utilização de materiais físicos para comunicação interna.

Por fim, vale mencionar que o fortalecimento do processo de comunicação interna e externa da Câmara Municipal de Curitiba está previsto no Plano de Ação Geral – metas prioritárias 2022 a 2031.

Assim, este Estudo Técnico Preliminar tem como intuito avaliar alternativas à demanda apresentada.

² <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/no-1o-semester-escola-do-legislativo-da-cmc-realizou-11-capacitacoes>

³

<https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/camara-de-curitiba-promoveu-15-audiencias-publicas-no-primeiro-semester-de-2024>



3. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO E OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO

A presente contratação está alinhada ao Objetivo I do Planejamento Estratégico 2022-2031 deste Legislativo (aprimorar as estruturas físicas e tecnológicas da CMC), e também ao Objetivo III (fortalecer o processo de comunicação interna e externa da CMC).

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

No quadro abaixo estão descritas as especificações mínimas dos serviços:

N.	ITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL DE INSTALAÇÃO	QTD	UNIDADE
1	MURAL DIGITAL	Mural Digital, com disponibilização de monitor 49".	GABINETES DOS VEREADORES	Até 38	Unidade
2	MURAL DIGITAL	Mural Digital, com disponibilização de monitor 43" (instalação na vertical).	PORTARIAS (ANEXOS I E II)	Até 4	Unidade
3	MURAL DIGITAL 3x3 COM 9 VIDEO WALL	Mural Digital, incluindo conjunto de 9 monitores de 49" (3x3) para montar composição Vídeo Wall.	GALERIA DAS VEREADORAS (ANEXO II)	1	Unidade
4	MURAL DIGITAL COM LOUSA INTERATIVA	Mural Digital com Lousa Interativa de 86".	AUDITÓRIO / GALERIA DAS VEREADORAS (ANEXO II)	Até 2	Unidade

A solução deverá, ainda, contemplar:

REQUISITOS GERAIS:

- Avaliação prévia dos requisitos de comunicação e do ambiente da Contratante.
- Instalação dos produtos nos pontos definidos pela Contratante.
- Administração e configuração para que os equipamentos estejam aptos a operar plenamente, em receptores instalados em locais diversos, com disponibilização de todos os recursos de hardware e software (sistema para gerenciamento e transmissão dos conteúdos digitais) necessários para exibição do conteúdo digital.
- Solução baseada em software como serviço (SaaS).



Câmara Municipal de Curitiba

- Permitir direcionar conteúdo distinto para cada ponto ou conjunto de pontos.
- Possuir funcionalidade para vinculação com portal de notícias.
- Permitir inclusão de notícias manualmente e configurar sua exibição.
- Acervo de conteúdos digitais editáveis.
- Recursos de segurança contra invasões no sistema.
- Treinamento/capacitação para os servidores responsáveis pelo gerenciamento do produto.
- Suporte técnico especializado.
- Os equipamentos devem possuir funcionalidade para acesso remoto, e permitir que sejam programados para ligar e desligar via sistema, não necessitando de interação com usuários.
- A produção e gestão de conteúdo veiculado nos Murais Digitais/Lousa Interativa será de responsabilidade da Câmara Municipal de Curitiba.

SISTEMA PARA GERENCIAMENTO E TRANSMISSÃO DOS CONTEÚDOS DIGITAIS:

- Permitir o monitoramento em tempo real com visualização das telas e acesso remoto para alterar configurações.
- Acesso ao sistema por login e senha de usuário via WEB.
- Permitir o cadastro de mídias por categorias e com os seguintes formatos: PNG, JPG, TIFF, BMP, MPEG, AVI, MOV, WMV, M4V, M1V, SWF, MP3, DV e MP4.
- Disponibilizar relatórios mensais de ocorrências técnicas.
- Disponibilizar relatórios de logs.

EQUIPAMENTOS PARA RECEPÇÃO E EXIBIÇÃO DO CONTEÚDO:

- Alta resolução.
- Disponibilização de receptor digital que permita armazenar a programação que deve ser transmitida, podendo funcionar offline.

LOUSAS INTERATIVAS:

- Dispor de resolução UHD.
- Tecnologia de compartilhamento de tela que permite espelhamento de dispositivos como celulares, tablets e notebooks.
- Função touch e multitoque para tarefas intuitivas.
- Disponibilização de canetas para utilização na tela (mínimo 02 canetas por lousa).
- Com pedestal móvel com resistência para facilitar a locomoção, com regulador de altura, sapata de segurança e rodinhas com travas para evitar deslizamentos, além de suporte para apoiar controle e outros objetos necessários.



II – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS

Para avaliação quanto à modalidade de contratação mais adequada, realizou-se, inicialmente, o levantamento de procedimentos licitatórios ou instrumentos contratuais com objeto similar ou equivalente ao da demanda proposta:

Nº	Órgão/Entidade	Instrumento Convocatório	Descrição do Objeto	Modalidade
1	Município de Quatro Barras/PR	Aviso de Contratação Direta nº 9/2024 ⁴	Contratação de empresa para serviços de gerenciamento de canal eletrônico (mural digital), instalação e manutenção de equipamentos para transmissão diária de informação em comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referências (Anexo 01) do referido Aviso de Dispensa Eletrônica.	Dispensa de Licitação (Lei 14.133/2021, Art. 75, II)
2	Município de Belmonte/SC	Aviso de Contratação Direta nº 11/2024/2024 ⁵	O objeto do presente termo é registro de preço para contratação por dispensa de licitação contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação, manutenção e administração de sistema de transmissão interna personalizada (tv corporativa), a ser instalada na Secretaria Municipal de Saúde e Unidade Básica de Saúde do município de Belmonte-SC, conforme especificações constantes no edital e termo de referência.	Dispensa de Licitação c/ Registro de Preços (Lei 14.133/2021, Art. 75, II)
3	SEES - Secretaria de Estado do Esporte de Curitiba/PR	Ato que autoriza a Contratação Direta nº 8516/2024 ⁶	Contratação de soluções contínuas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Itens: Operação e gestão de soluções tecnológicas com computação em nuvem, <u>TV corporativa</u> e acesso WI-FI).	Dispensa de Licitação (Lei 14.133/2021, Art. 75, IX)

⁴ Portal Nacional de Contratações Públicas. Disponível em: <https://pncp.gov.br/app/editais/76105568000139/2024/77> Acesso em 31 de julho de 2024.

⁵ Portal Nacional de Contratações Públicas. Disponível em: <https://pncp.gov.br/app/editais/80912108000190/2024/98> Acesso em 1º de agosto de 2024.

⁶ Portal Nacional de Contratações Públicas. Disponível em: <https://pncp.gov.br/app/editais/49179324000128/2024/3> Acesso em 1º de agosto de 2024.



			<u>OBS: Contrato firmado com a CELEPAR.</u>	
4	Conselho Regional de Administração de Minas Gerais	Ato que autoriza a Contratação Direta nº 00063/2023 ⁷	Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de TV Corporativa para a área de Relações Institucionais com instalação na central de atendimento do CRA-MG, pelo período de 12 (doze) meses.	Dispensa de Licitação (Lei 14.133/2021, Art. 75, II)
5	Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	Edital nº 00020/2023 ⁸	Registro de Preços para contratação de licenças de uso de software de gerenciamento para TV corporativa, pelo prazo de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência (ANEXO I) do Edital.	Pregão Eletrônico com Registro de Preços OBS: Somente o software
6	Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais/PR	Dispensa de Licitação 20/2023 ⁹	Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - SOLUÇÃO DE TV CORPORATIVA - MURAL DIGITAL, com lousas interativas digitais e gerenciamento de software para utilização nas unidades de Ensino Fundamental do Município, incluindo implantação e capacitação. <u>OBS: Contrato firmado com a CELEPAR.</u>	Dispensa de Licitação (Lei 8.666, art. 24, XVI).

A partir do levantamento, verificou-se que a maioria das contratações se deu mediante dispensa de licitação em razão do valor, mas também foram encontradas dispensas de licitação pela contratação de serviços prestados por órgão ou entidade que integra a Administração Pública, e licitações na modalidade pregão.

5.1. ALTERNATIVA 01: UTILIZAÇÃO DOS TELEVISORES EXISTENTES COM CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE PARA TRANSMISSÃO DE CONTEÚDO DIGITAL

⁷ Portal Nacional de Contratações Públicas. Disponível em: <https://pncp.gov.br/app/editais/16863664000114/2023/64>> Acesso em 1º de agosto de 2024.

⁸ Portal Nacional de Contratações Públicas. Disponível em: <https://pncp.gov.br/app/editais/00509018000113/2023/1889>> Acesso em 1º de agosto de 2024.

⁹ Portal da Transparência da Prefeitura de São José dos Pinhais. Disponível em: https://sisazul.sjp.pr.gov.br/webapp/portaltransparencia/wp_licitacao/detalhes/39940> Acesso em 9 de agosto de 2024.



A Câmara Municipal de Curitiba possui diversos televisores instalados em unidades administrativas (DAF, DLIC, DCS, DGRH, Presidência, entre outros). Uma opção seria utilizar esses aparelhos para transmitir os conteúdos contratando apenas o software para isso. Porém tal alternativa não impactaria toda a comunidade da CMC, deixando descoberta especialmente a área legislativa. Mesmo com a reorganização da distribuição desses equipamentos, seu número seria insuficiente para o propósito de comunicação eficaz.

5.2. ALTERNATIVA 02: AQUISIÇÃO DE MONITORES, SOFTWARE E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.

Durante a realização deste estudo, foi analisada a possibilidade de aquisição independente de monitores de alta resolução, lousas interativas e software para gerenciamento de conteúdo, com o intuito de criação de um sistema de comunicação interno nos moldes de TV Corporativa. No entanto, a solução analisada não ofereceria o mesmo grau de integração, segurança e funcionalidade que uma solução baseada em software e com tecnologia embarcada. Além disso, sem o assessoramento de consultores especializados, não haveria garantia de compatibilidade entre os diferentes sistemas de hardware e software.

Outro desafio seria a criação do painel por meio de Vídeo Wall (Galeria das Vereadoras), cuja composição exige conhecimentos e técnicas específicos que não seriam obtidos apenas com a aquisição de monitores e software de gerenciamento.

Essa solução demandaria ainda a contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, aumentando o custo de gestão de contratos.

Por fim, outro ponto importante a ser considerado nessa alternativa é a ausência de conteúdos digitais pré-prontos e editáveis. A CELEPAR, em sua proposta (como será visto no item seguinte), oferece, além do serviço de assinatura de Murais Digitais/TV Corporativa, um banco de dados com mais de quatro mil vídeos de alta qualidade sobre temas diversos, o que permite uma economia substancial na produção de conteúdos de comunicação. Esse fator foi considerado um diferencial em termos de economia, qualidade e produtividade.

5.3. ALTERNATIVA 03: SOLUÇÃO BASEADA EM SOFTWARE PARA TRANSMISSÃO DE CONTEÚDO DIGITAL: MURAL DIGITAL - CELEPAR.

Na condução do presente estudo, verificou-se que a CELEPAR - Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná, criada especificamente para serviços de processamento de dados/TI conforme Lei Estadual 4.945/1964,



presta o serviço almejado na qualidade de empresa estatal (sociedade de economia mista).

Por se tratar de pessoa jurídica integrante da Administração Pública Indireta, a lei permite a contratação de forma direta, desde que satisfeitos os requisitos previstos no art. 75, IX, da Lei 14.133/2021, cujo teor transcreve:

Art. 75. É dispensável a licitação: [...]

IX. para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

A respeito da fornecedora, cabe destacar que a CELEPAR possui notória expertise em uma ampla gama de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), desempenhando um papel crucial no Estado do Paraná ao fornecer soluções especializadas de alta qualidade em governança e gestão pública. Entre os serviços ofertados, conforme destacado em seu portal, estão Wi-Fi, telefonia, comunicação e armazenamento em nuvem, desenvolvimento e implantação de sistemas, além da implementação de murais digitais.

Ao longo de sua trajetória, a CELEPAR conquistou diversos prêmios que reconhecem sua excelência no setor. Um exemplo de sua atuação é a responsabilidade pela operacionalização do serviço “PREFEITURA 156”, no Estado do Paraná. Este sistema, desenvolvido no formato SaaS (Software as a Service), oferece um canal de comunicação moderno e centralizado, que integra os principais serviços da Administração Municipal, facilitando o acesso da população aos serviços públicos.

A CELEPAR encaminhou proposta para os serviços descritos neste Estudo, englobando os seguintes itens:

- Fornecimento dos serviços mediante assinatura;
- Instalação e configuração dos monitores;
- Disponibilização, instalação e configuração do “Sistema de Gestão e Transmissão de Conteúdo” (SaaS ou software como serviço);
- Acervo de conteúdos digitais;
- Capacitação para servidores;
- Consultoria;
- Suporte técnico especializado.

O sistema proposto utiliza software (SaaS) para transmitir conteúdo digital através da rede corporativa e da internet para receptores e displays em locais definidos pela Contratante. Inclui todos os equipamentos necessários, como receptores digitais, monitores de alta resolução, vídeo walls e lousas interativas,



Câmara Municipal de Curitiba

além de fornecer serviços correlatos de suporte técnico, consultoria e capacitação.

Conforme consta na ficha comercial do produto, entre os planos oferecidos pela CELEPAR em seu catálogo há o plano básico, que não inclui fornecimento de monitor, apenas o receptor digital para utilização em monitor do próprio cliente. Tendo em vista o fato de que os monitores que hoje constam no acervo da Câmara não são suficientes ou adequados para esta finalidade, a administração optou por orçar os planos que incluem o fornecimento das telas (planos intermediário e avançado).

A fim de verificar se o presente caso amolda-se ou não no permissivo legal de contratação direta, especialmente quanto ao requisito da compatibilidade dos preços, o passo seguinte é a realização de pesquisa de preços praticados no mercado para comparação com a proposta da CELEPAR, pesquisa que será realizada pelo setor competente.

5.3.1. PROPOSTA CELEPAR

PROPOSTA CELEPAR					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	QTDE ESTIMADA	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	MURAL DIGITAL 49"	Unitário	R\$ 872,38	38	R\$ 33.150,44
2	MURAL DIGITAL 43"	Unitário	R\$ 872,38	4	R\$ 3.489,52
3	MURAL DIGITAL 3x3 COM 9 VIDEO WALL 49"	Unitário	R\$ 6.437,59	1	R\$ 6.437,59
4	MURAL DIGITAL COM LOUSA INTERATIVA 49"	Unitário	R\$ 3.189,88	2	R\$ 6.379,76
TOTAL MENSAL					R\$ 49.457,31
TOTAL ANUAL					R\$ 593.487,72
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	QTDE ESTIMADA	VALOR ESTIMADO
5	IMPLANTAÇÃO	Unitário	R\$ 1.158,20	1	R\$ 1.158,20
6	CAPACITAÇÃO DE ADMINISTRADOR	Unitário	R\$ 284,51	Até 3	R\$ 853,53
7	CAPACITAÇÃO DE USUÁRIO	Unitário	R\$ 284,51	Até 2	R\$ 569,02



Câmara Municipal de Curitiba

8	CONSULTORIA ESPECIALIZADA	Horas	R\$ 94,83	Até 100	R\$ 9.483,00
VALOR PREVISTO PARA SERVIÇOS ACESSÓRIOS					R\$ 12.063,75
VALOR TOTAL GLOBAL PARA 36 MESES					R\$ 1.792.526,91

**O suporte técnico não consta como item separado, integrando a assinatura do produto conforme proposta (Ficha Comercial do Produto; Suporte Técnico Tipo C, Acordo de Nível de Serviço - ANS).*

6. POSSÍVEIS NORMAS CORRELACIONADAS AO PROBLEMA E POTENCIAIS SOLUÇÕES

- **Lei 14.133/2021 (NLLC):** a contratação deverá estar em conformidade com a legislação que rege os processos de contratação no setor público.
- **Lei nº 9.609/1998 (Lei do Software):** deverão ser observadas as garantias dos usuários conforme estabelecido pela referida lei.
- **Lei nº 13.709/2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e art. 51 da IN 02/2023 deste Legislativo:** tratando-se de contratação que pode envolver acesso ou tratamento de dados pessoais, deverão ser observadas as normas da LGPD e as diretrizes internas previstas no art. 51, §3º da IN 02/2023.
Transcreve:

Art. 51. (...) § 3º Nas contratações que envolvam acesso ou tratamento de dados pessoais controlados pelo contratante deverá haver cláusulas relativas à proteção dessas informações, com estabelecimento de obrigações específicas do contratado, cuja previsão incluirá exemplificativamente:

I - apresentar evidências que indicam a aplicação de um conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para proteção de dados pessoais, conforme legislação de regência;

II - manter registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

III - facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado, cuja necessidade esteja pautada no exercício das atribuições inerentes à execução do objeto contratual e que tenha assumido compromisso formal de preservação da confidencialidade e segurança de tais dados, disponibilizando tal compromisso caso exigido pelo contratante;

IV - permitir a realização de auditorias, bem como disponibilizar toda informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações firmadas em torno da proteção de dados pessoais;

V - auxiliar o contratante no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, legítimos interessados e autoridades competentes;



Câmara Municipal de Curitiba

VI - comunicar, formal e tempestivamente, o contratante sobre a ocorrência de riscos, ameaças ou incidentes de segurança que possam acarretar comprometimento ou dano a titular de dados pessoais;

VII - descartar, de forma irrecuperável, ou devolver ao contratante, todos os dados pessoais e as cópias existentes, após a satisfação da finalidade contratual que justificava a manutenção dos referidos dados;

VIII - Indicar encarregado pelo tratamento de dados pessoais;

IX – respeitar a legislação federal e municipal de proteção de dados.

- **Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos):** aplicação da referida lei no que couber, cabendo à Contratada o correto descarte de resíduos decorrentes da execução da contratação e/ou a logística reversa dos produtos.

IV – DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A presente solução visa atender a necessidade de comunicação eficaz para o público interno e externo, além de modernizar e propiciar melhor aproveitamento de espaço para a Galeria das Vereadoras (antessala do Auditório) e Auditório, localizados no Anexo II.

O serviço de fornecimento de solução de Murais Digitais/TV Corporativa pode ser enquadrado como contínuo, pois decorre de necessidades permanentes ou prolongadas da Câmara Municipal de Curitiba (Art. 20, inciso III, IN 02/2023). Por isso, sugere-se uma vigência de contrato de 36 (trinta e seis) meses, que pode ser prorrogada por sucessivos períodos, na forma dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021.

A contratação se dará mediante Dispensa de Licitação (art. 75, IX, da NLLC), desde que a administração julgue pela viabilidade e adequação da contratação **que os preços propostos pela CELEPAR sejam compatíveis com os praticados no mercado.**

Os locais exatos onde serão instalados os Murais Digitais, Vídeo Wall e Lousa Interativa serão indicados pela fiscalização no momento de sua entrega e instalação.

A especificação técnica mínima dos itens consta no tópico 4 deste Estudo. O serviço compreende:

- 1) Fornecimento dos serviços mediante assinatura;
- 2) Instalação e configuração dos monitores;
- 3) Disponibilização, instalação e configuração do “Sistema de Gestão e Transmissão de Conteúdo” (SaaS ou software como serviço);



- 4) Acervo de conteúdos digitais;
- 5) Capacitação para servidores;
- 6) Consultoria;
- 7) Suporte técnico especializado.

Tendo em vista se tratar de solução de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), no Termo de Referência deverão constar os requisitos específicos trazidos pelo art. 51 da IN 02/2023 deste Legislativo:

- **Requisitos de negócio, que independem de características tecnológicas e que definem as necessidades e aspectos funcionais da solução de TIC:** requisitos gerais e específicos apontados no tópico 4 deste Estudo.
- **Requisitos legais, considerando normas com as quais a solução de TIC deve estar em conformidade:** normas apontadas no tópico 6 deste Estudo.
- **Requisitos de segurança da informação:** de acordo com a proposta da CELEPAR, o sistema de gestão e transmissão do conteúdo, na modalidade Software como Serviço (SaaS), é hospedado em Data Center da CELEPAR, com os seguintes requisitos de segurança:
 - Ambiente monitorado por Software e por operadores na Sala de Controle durante 24 horas por dia e 7 dias por semana, com climatização adequada e com energia estabilizada;
 - Ambiente com sistema de proteção contra a falta de energia, por meio de utilização de No-break e Grupo Motor Gerador, visando reduzir falhas de fornecimento de eletricidade por parte da concessionária de energia e proteger os equipamentos instalados das oscilações elétricas;
 - Monitoramento de climatização do ambiente do Data Center por meio de alarme sonoro acionado em casos de frio, calor ou umidades excessivas, visando manutenção da temperatura adequada ao funcionamento dos equipamentos e à maximização de sua vida útil;
 - Monitoramento do ambiente do Data Center por circuito interno de TV;
 - Proteção por meio de sistema de alarme anti fumaça, detecção e combate a incêndio nos ambientes do Data Center;
 - Utilização de barreiras de proteção físicas, contendo portas de segurança codificadas, para permitir acesso em ambientes críticos apenas aos técnicos autorizados;
 - Utilização de barreiras de proteção lógicas (conhecidas como Firewall) para dificultar acessos indevidos;
 - Conexão do sistema à rede corporativa do Governo e/ou à Internet (dependendo da plataforma tecnológica adotada);



- Atuação de equipe de segurança cibernética especializada no rastreamento de ataques e vandalismos contra os sistemas hospedados na CELEPAR e à Rede Corporativa do Estado, incluindo suporte para implementar melhorias e reduzir brechas de segurança e serviços de recuperação de sistemas danificados por ataques, vandalismos e outras ações mal-intencionadas provocadas pelos chamados Crackers, buscando restaurar os sistemas à configuração e conteúdo anteriores aos ataques; Ligação dedicada à Internet, interligada a, no mínimo duas empresas distintas fornecedoras de serviços de telecomunicações;
- Serviço de Backup que compreende a configuração, programação e monitoramento da execução periódica do backup de dados em servidores hospedados fisicamente nas instalações do Data Center da CELEPAR, definidos pela contratante;
- Ambiente computacional composto por recursos de hardware e software instalados no Data Center da CELEPAR, com dedicação parcial ou integral, onde estão: Servidores de Banco de Dados, Servidores de aplicação, Servidores de rede.
- **Requisitos de manutenção, definindo a necessidade de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva e adaptativa:** o serviço pretendido contempla suporte técnico especializado, cujos requisitos serão detalhados no Termo de Referência.
- **Requisitos tecnológicos:** para implantação dos Murais Digitais é necessário o preenchimento dos requisitos tecnológicos e de ambiente previstos no tópico 13 deste Estudo. Vale ressaltar que o acesso ao sistema de gerenciamento de conteúdo, nos termos da proposta encaminhada pela CELEPAR, é feito via WEB, através de login e senha.
- **Previsão de que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos a serem criados por decorrência do contrato a ser firmado pertencerão à Câmara Municipal, incluindo, dentre outros, documentação, código-fonte de aplicações, modelos de dados e bases de dados.**

Por não se tratar de contratação de licenciamento de software, mas de contratação de software como serviço, não há necessidade de observação dos requisitos específicos do §1º do art. 51 da IN 02/2023 (*“quando se tratar de contratação de licenciamento de software, devem também ser observados: I - a necessidade de avaliar a contratação de serviços agregados, a exemplo dos serviços de atualização de versão, manutenção e suporte técnico; II - a prospecção de alternativas de atendimento aos requisitos junto a fabricantes distintos no que couber, de forma a viabilizar a ampliação da participação no procedimento licitatório”*).



Ainda no que diz respeito aos requisitos de TIC, na definição das obrigações do Contratado deverá constar: “I) ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos criados em decorrência da relação contratual; II) observar as normas, processos e procedimentos internos do Contratante no que concerne a Políticas e Metodologias aplicáveis à Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, Desenvolvimento e Sustentação de Software, Segurança da Informação e Privacidade de Dados; III) apresentar termo de compromisso e confidencialidade relativo às exigências do inciso anterior, quando solicitado pela Contratante”.

Todos os custos relacionados aos serviços devem constar na proposta à instituição, tais como custos diretos e indiretos, tributos, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, frete, deslocamento e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

Além disso, a Contratada não deverá efetuar a prestação dos serviços ou permitir o fornecimento de qualquer produto ou quantidade que não esteja estipulado na Autorização de Fornecimento e/ou Prestação dos Serviços, sob pena de aplicação de penalidade cabível.

Quanto aos serviços sob demanda de Consultoria, a estimativa de utilização das horas por exercício (estimativa anual) será definida pela área demandante e discriminada no Termo de Referência, para fins de empenho.

Os serviços serão recebidos definitivamente após a verificação de sua qualidade e adequação, em conformidade com a proposta da Contratada, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado de Atesto de Recebimento.

Por fim, como mecanismo de controle, prevê-se que os serviços objeto da futura contratação serão constantemente avaliados pelos representantes da Contratante através de Acordo de Nível de Serviço - ANS, com previsão de glosa por descumprimento. Também serão previstas as sanções de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), em seu Art. 40, inciso V, “b” e § 2º, I, traz que:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte: [...]

V - atendimento aos princípios: [...]

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso; [...]

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes; [...]



Por se tratar de contratação direta, autorizada em face de condição subjetiva do fornecedor (art. 75, IX, Lei 14.133/2021), não há possibilidade de parcelamento para o objeto.

9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

Nº	Item	Unidade de medida	Quantidade
1	Assinatura Mensal Mural Digital com monitor 49"	Unidade	38
2	Assinatura Mensal Mural Digital com monitor 43"	Unidade	4
3	Assinatura Mensal Mural Digital 3x3 com 9 Video Wall 49"	Unidade	1
4	Assinatura Mensal Mural Digital com Lousa Interativa 86"	Unidade	2
5	Implantação	Unidade	1
6	Capacitação Administrador	Unidade	3
7	Capacitação Usuário	Unidade	2
8	Consultoria Especializada	Horas	100

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

De acordo com a proposta enviada pela empresa estatal CELEPAR - Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná, a contratação custará R\$ 1.792.526,91 (um milhão, setecentos e noventa e dois mil, quinhentos e vinte seis reais e noventa e um centavos) para o período de 36 (trinta e seis) meses, incluídos, neste valor, todos os custos incidentes.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Os estudos iniciais não identificaram necessidade de contratações acessórias ou correlatas.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

Dentre os resultados esperados com a contratação, destacam-se:

1. Aprimorar a comunicação interna, garantindo que todos os servidores sejam informados de maneira igualitária, rápida e eficaz.



2. Aprimorar a comunicação externa, através da divulgação de consultas públicas, eventos destinados à comunidade, assuntos em voga nas redes sociais da Câmara e campanhas de conscientização política.
3. Modernizar e agregar valor à Galeria das Vereadoras, incentivando um maior engajamento da população feminina na política.
4. Permitir a atualização das informações e imagens da Galeria das Vereadoras de forma dinâmica e eficiente.
5. Transparência na divulgação de atos, discussões, audiências públicas e eventos do Legislativo.
6. Autonomia no gerenciamento e exibição de conteúdos digitais.
7. Redução do uso de materiais físicos para comunicação, objetivando redução do impacto ambiental.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Conforme Ficha Comercial do Produto, documento que instrui a proposta da CELEPAR, antes da implantação dos Murais Digitais é necessário que a Câmara Municipal de Curitiba confirme previamente o preenchimento dos seguintes requisitos mínimos no local de instalação:

- Link de dados com velocidade mínima de 5MB.
- Wifi ou cabeamento no local onde o ponto será instalado, sendo preferível o cabeamento.
- Infraestrutura elétrica com tomada 3 pinos padrão brasileiro 110v ou 220v no local onde o ponto será instalado.
- Parede onde será instalado monitor ou vídeo wall deve ser adequada ao peso dos equipamentos, preferencialmente de alvenaria.
- Adequação do espaço da Galeria das Vereadoras, com a retirada dos adesivos e quadros, com posterior reparo e repintura das paredes.

14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

A Contratada deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental.

Neste sentido, destacam-se as normas contidas na Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, notadamente em seu art. 33:

Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de: [...]
VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.



Assim, quando cabível, a Contratada deverá realizar, conforme a legislação vigente, o correto descarte dos resíduos decorrentes da execução da contratação e/ou a logística reversa dos produtos (como, por exemplo, das embalagens dos itens fornecidos, bem como eventuais equipamentos e/ou dispositivos que vierem a ser substituídos).

A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente na prestação dos serviços.

A Contratada deverá priorizar a utilização de materiais menos perigosos, duráveis, certificados, recicláveis e/ou reutilizáveis, de forma a atender a legislação vigente relativa ao tema.

Destaca-se, ainda, que a fornecedora contratada deve observar preferência por produtos de baixo impacto ambiental e adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos.

Quando aplicável, a Contratada deverá atender à diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances) quanto a não utilização de substâncias nocivas ao meio ambiente, de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Ainda, é de responsabilidade total da Contratada o cumprimento das normas ambientais vigentes atinentes à aquisição pretendida, associadas à poluição ambiental, economia de recursos e destinação de resíduos.

V – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO DA ÁREA DEMANDANTE SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Diante do exposto, conclui-se que a contratação direta da CELEPAR nos termos de sua proposta, por meio de dispensa de licitação (art. 75, IX, Lei 14.133/2021), tendo por objeto solução completa de comunicação Mural Digital/TV Corporativa, atende às necessidades desta Casa Legislativa, desde que, após pesquisa de preços, o preço ofertado para o serviço em questão seja compatível com os preços praticados no mercado.

Curitiba, 30 de ago. de 2024 .



Câmara Municipal de Curitiba

PATRICIA SILVA DE MELO

Setor de Planejamento e Desenvolvimento
de Projetos

JOSÉ RAFAEL DE MORAES CUSTÓDIO

Setor de Planejamento e Desenvolvimento
de Projetos

NATÁLIA MELO SILVA

Setor de Planejamento e Desenvolvimento
de Projetos

JULIANA ROPELATTO BORBA

Diretoria de Comunicação Social

MARCIO ALVES DA SILVA

Seção de Informação ao Cidadão

PATRICIA TRESSOLDI MOREIRA

Diretoria de Comunicação Social



Câmara Municipal de Curitiba

ANEXO I ANÁLISE DE RISCO

Fase	Interna		
Situação	Requisitos para a contratação e especificação do objeto insuficiente.		
Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixo	() Médio	(x) Alto
Plano de mitigação	Diálogo entre todas as áreas envolvidas para detalhamento da solução almejada. Previsão de avaliação prévia dos requisitos de comunicação e do ambiente da Contratante		

Fase	Interna		
Situação	Equívocos nos quantitativos estimados.		
Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	(x) Baixo	() Médio	() Alto
Plano de mitigação	Levantamento realizado pela área demandante.		

Fase	Interna		
Situação	Atrasos na contratação decorrentes de atraso na tramitação do processo administrativo.		
Probabilidade	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto	(x) Baixo	() Médio	() Alto
Plano de mitigação	Acompanhamento do processo e apoio às áreas envolvidas.		

Fase	Execução		
Situação	Defeitos nos itens entregues		
Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixo	(x) Médio	() Alto
Plano de mitigação	<ul style="list-style-type: none">- Fiscais aptos a identificar eventuais falhas.- Recusa de itens com defeito e previsão de substituição em caso de entrega de itens fora das especificações do TR.- Previsão de garantia legal/contratual.- Previsão de suporte técnico especializado.		